

**LDC Tecnologia LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.378.321/0001-50, com sede na Rua Doutor Argemiro Acayaba de Toledo 185, Residencial Cidade Jardim, São José do Rio Preto - SP, neste ato representada por seu representante legal, inconformada com a decisão que desclassificou a sua proposta, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão de desclassificação, com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos:

## I. INTRODUÇÃO

A **LDC Tecnologia LTDA** foi desclassificada injustamente no Pregão Eletrônico nº 90114/2024, tendo como base uma interpretação equivocada dos requisitos do edital acerca das certificações ambientais e de conformidade. A decisão que acolheu o recurso interposto pela **Daten Tecnologia LTDA** e resultou na desclassificação de nossa proposta desconsidera os termos claros do edital e os princípios basilares da licitação pública, gerando prejuízo à competitividade e à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

## II. DOS TERMOS DO EDITAL E DA INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

### 1. Ausência de Exigência de Certificações para o Monitor

O edital do Pregão Eletrônico nº 90114/2024 é claro ao estabelecer que as certificações ambientais, como as do **INMETRO** e da **diretiva RoHS**, são exigidas para os equipamentos principais de processamento, isto é, **microcomputadores e notebooks**. Em momento algum o edital determina que tais certificações devam ser estendidas aos monitores, que são considerados periféricos e não têm a mesma responsabilidade direta no processamento de dados.

A interpretação de que o monitor deveria ter essas certificações **não encontra respaldo no edital**. Em processos licitatórios, o **princípio da vinculação ao instrumento convocatório**, previsto no **art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, determina que a administração e os licitantes devem seguir rigorosamente o que está previsto no edital, sem interpretações extensivas que acrescentem requisitos não exigidos.

### 2. Interpretação Restritiva do Edital

Nos termos da legislação e da jurisprudência, quando o edital não menciona uma exigência específica, presume-se que o requisito não é necessário. Esse entendimento está amplamente embasado em princípios de direito administrativo e licitações públicas. O **art. 3º da Lei nº 14.133/2021** consagra o princípio da legalidade e impõe que a Administração Pública só pode exigir e praticar aquilo que está **explicitamente previsto** em lei ou no edital, não cabendo interpretações ampliadas que incluam exigências não descritas.

Esse princípio é corroborado pela jurisprudência. De acordo com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU), qualquer exigência que não esteja claramente especificada no edital não pode ser motivo de desclassificação, pois implica em **restrição indevida ao caráter competitivo do certame**.

### 3. Exigências Restritivas Não Previstas no Edital Violam o Princípio da Competitividade

Ao interpretar que o monitor deveria ter certificações de conformidade ambiental, a Comissão desconsiderou o **princípio da competitividade**, previsto no **art. 3º da Lei nº 14.133/2021**, que visa garantir a ampla participação dos interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa. A exigência de certificação para o monitor restringe indevidamente a participação de empresas que oferecem soluções plenamente compatíveis com o objeto do contrato e capazes de atender às necessidades da Administração.

Ao adotar essa interpretação restritiva, a Administração acaba limitando a competitividade do certame e, assim, prejudica a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público, conforme orienta o Tribunal de Contas da União (TCU).

---

### III. DA NECESSIDADE DE JULGAMENTO OBJETIVO E DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O **art. 5º, inciso IV, e art. 37 da Lei nº 14.133/2021** reafirmam que o julgamento das propostas deve ser **objetivo e vinculado aos termos do edital**. Esses dispositivos visam impedir que interpretações subjetivas ou extensivas alterem os critérios de seleção dos vencedores, uma vez que o edital é a **lei interna da licitação**.

A decisão que desclassificou a proposta da **LDC Tecnologia LTDA** desconsiderou o texto claro do edital e ampliou indevidamente suas exigências. Tal postura viola o princípio da vinculação ao edital e compromete a transparência e a objetividade do certame, conforme o **art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**, que impõe que a Administração atue estritamente conforme o edital.

---

### IV. DA LEGISLAÇÃO E DA JURISPRUDÊNCIA QUE SUSTENTAM A REFORMA DA DECISÃO

A interpretação dada ao edital para desclassificar nossa proposta contraria o princípio da vinculação ao edital e os limites interpretativos fixados pela legislação e pela jurisprudência. Segundo o **art. 8º do Decreto-Lei nº 4.657/1942** (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), "quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Esse artigo aplica-se, por analogia, às licitações, onde, na ausência de menção expressa, não é permitido presumir uma exigência.

No **Acórdão nº 1.514/2015** do TCU, foi determinado que a interpretação de requisitos licitatórios deve ser feita de forma a **não restringir a participação dos licitantes**, sob pena de violar o princípio da competitividade. Assim, ao presumir que as certificações também se aplicavam ao monitor, a Administração incorreu em um erro de interpretação e em uma exigência não prevista, prejudicando o caráter competitivo do certame e desconsiderando as regras explícitas do edital.

## V. CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos expostos, torna-se evidente que a desclassificação da **LDC Tecnologia LTDA** foi baseada em uma interpretação equivocada dos requisitos do edital, que ampliou indevidamente as exigências de certificação de conformidade para o monitor. Esse entendimento, além de carecer de respaldo técnico e legal, afronta os princípios da vinculação ao edital, da legalidade e da competitividade, fundamentais ao processo licitatório.

Assim, requer-se a **reconsideração** da decisão que desclassificou a proposta da **LDC Tecnologia LTDA**, mantendo-a no certame e restabelecendo a sua classificação como arrematante do **Item 01** do Pregão Eletrônico nº 90114/2024, conforme determinação dos princípios e normas de licitações públicas, por ser medida de Direito e Justiça.

**Termos em que pede deferimento.**

São José do Rio Preto, 14 de novembro de 2024.

LDC Tecnologia LTDA

A large graphic element consisting of two thick, parallel red diagonal lines extending from the bottom right towards the center of the page.